

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Ricardo Stuckert / PR



Comparação indica percepção positiva

Pesquisa: detalhes justificam otimismo de Lula

A leitura detalhada da última pesquisa Atlas/Intel revela motivos para o otimismo do Planalto em relação à possibilidade de o presidente Lula (PT) ser reeleito. São números que vão além de preferências eleitorais.

Respostas sobre pontos objetivos indicam que, apesar da polarização e da avaliação negativa do governo ser dois pontos percentuais acima da positiva, a maioria da população indica acreditar que sua vida melhorou nos últimos meses.

Em janeiro de 2025, 41% classificaram como boa a situação do emprego; 48%, como ruim. Um ano depois, os índices se invertem: 47% disseram que a situação está boa; 39%, ruim.

Família e país

Situação semelhante ocorreu em respostas sobre a situação da família.

Há um ano, a avaliação negativa (34%) superou a positiva (32%). Agora, nova inversão: situação boa para 47%, ruim para 32%.

E o país, hein? Há 12 meses, o Brasil ia mal para 54% e bem para 32% — em um ano, o governo saiu do saldo negativo de 22 pontos para um empate: 45% a 45%.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Expectativa em relação ao trabalho aumentou

Otimismo

Além de maior satisfação com o presente, os que responderam ao questionário também demonstram mais otimismo em relação ao futuro.

Em janeiro do ano passado, entrevistados foram perguntados sobre suas expectativas sobre os mesmos pontos: Brasil, família e emprego. O “vai melhorar” foi a opção, de, respectivamente, 42%, 40% e 37%. Passados doze meses, os resultados positivos foram superiores: 50%, 51% e 48%.

Na política, o otimismo tende a esvaziar a revolta e a fortalecer quem está no poder.

Vitórias de Bolsonaro

Nesta rodada, porém, ao avaliarem políticas públicas (moradia, saúde, educação, redução da pobreza, segurança pública), entrevistados disseram que o governo de Jair Bolsonaro se saiu melhor do que o de Lula em 17 dos 18 itens. Há um ano foram apresentados 16 pontos, e petista ganhou na comparação em 11 deles; Bolsonaro, em quatro (houve um empate).

Programas

Respostas sobre erros e acertos do governo revelam a força de medidas ligadas a medidas de viés social: Farmácia Popular, isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil, fim da exigência de autoescolas e programa Pé-de-Meia são aprovados por, respectivamente, 86%, 76%, 66% e 56%.

Reprovações

As reprovações a decisões do Planalto refletem a polarização e o bolso do cidadão: 50% condenam cotas de emprego para ex-detentos e 48% não gostaram da crítica à atuação dos Estados Unidos no caso Nicolás Maduro. A “taxa das blusinhas” é reprovada por 59%, mas o índice era de 70% há 12 meses.

Corte ilegal

Professora de direito urbano e ambiental e ex-diretora do Iphan, Sonia Rabello diz que mesmo uma autorização do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio não daria à prefeitura o direito de autorizar o corte das árvores do terreno do antigo Instituto Bennett, no Flamengo.

Bens tombados

Isso porque, no decreto de tombamento do prédio, que assinou em 2014, o prefeito Eduardo Paes determinou que as árvores do local estavam “imunes ao corte”. “O conselho não tem competência para autorizar derrubada de bem tombado. Se desse essa autorização, estaria des-tombando o que foi protegido”, afirma.

Vale para todos

Ex-procuradora do município, Sonia Rabello ressalta que, com a Constituição de 1988, as regras de tombamento previstas por decreto-lei de 1937 passaram a ser obrigatórias também para estados e municípios. E elas impedem destruição, demolição ou mutilação dos bens tombados por qualquer esfera de poder.

Limitação

A prefeitura alegou que o Conselho de Proteção de Patrimônio autorizara o corte das árvores. Mas, segundo a ex-procuradora, o órgão só poderia autorizar reparação, pintura ou restauração de bem tombado, não a sua destruição. A suposta licença do conselho ainda não foi apresentada pela prefeitura.



Trump seria o presidente eterno do conselho

Brasil avalia se entrará em Conselho de Trump

Ao Correio, especialistas avaliam chances e possível retaliação

Por Gabriela Gallo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), lançou oficialmente, nesta quinta-feira (22), o “Conselho de Paz de Gaza”, durante sua participação no Fórum Econômico de Davos, na Suíça.

De acordo com o governo norte-americano, apesar de estar sendo fundado para tratar do conflito entre Israel e a Faixa de Gaza, a atuação do conselho seria expandida para outros conflitos ao redor do mundo.

O presidente norte-americano enviou uma série de convites para outros países participarem do conselho. Dentre os convites, está o Brasil, que ainda não se manifestou sobre o caso. Dos 56 países convidados, 23 confirmaram que participarão do grupo. São eles: Armênia, Arábia Saudita, Argentina, Azerbaijão, Bahrein, Belarus, Bulgária, Catar, Cazaquistão, Egito, Emirados Árabes Unidos, Hungria, Indonésia, Israel, Jordânia, Kosovo, Marrocos, Mongólia, Paquistão, Paraguai, Turquia, Uzbequistão e Vietnã. Até o fechamento desta reportagem, França, Noruega, Eslovênia e Suécia recusaram o convite do presidente norte-americano.

No mesmo dia, ainda sobre o tema, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversou por telefone com o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, para

discutirem sobre a atual situação em Gaza desde a assinatura do acordo de cessar-fogo entre os territórios palestinos e israelenses.

Adesão

O assessor-chefe da Assessoria Especial do presidente da República, Celso Amorim, disse que o Conselho proposto por Trump é “confuso” e avalia que o Brasil deve rejeitar o convite.

“A carta representa, na prática, uma revogação da ONU, sobretudo na área de paz e segurança. Essa parte, com certeza, eu não vejo como aceitar”, disse Amorim em entrevista ao jornal O Globo.

Apesar da manifestação do assessor especial da presidência, aguarda-se uma manifestação oficial do Palácio do Itamaraty.

Ao Correio da Manhã, o mestre em Relações Internacionais pelas Universidades de Groningen (Países Baixos) e Estrasburgo (França) Uriã Fancelli concorda que o Brasil não deve aceitar o convite. Ele considerou a composição do grupo como “problemática”, visto que ele está vinculado “não à presidência dos Estados Unidos, mas sim à figura do Donald Trump”. Portanto, mesmo quando ele deixar de ser o presidente dos EUA, “ele continuaria presidente desse conselho”.

Ele ainda destacou um “aspecto oportunista” na criação desse conselho.